

## CURRÍCULO ESCOLAR E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: TENDÊNCIAS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Francisco Roberto Diniz Araújo<sup>1</sup>  
Profª Ph.D. Dra. Débora Araújo Leal<sup>2</sup>  
Edinete Vilma Gomes da Silva<sup>3</sup>  
Maria Thaís de Oliveira Batista<sup>4</sup>

### RESUMO:

Este artigo bibliográfico aborda o tema do currículo e educação inclusiva, analisando suas tendências, desafios e perspectivas. A educação inclusiva busca garantir o acesso, a participação e o sucesso de todos os estudantes, independentemente de suas diferenças e necessidades, promovendo uma educação equitativa e de qualidade para todos. Além disso, são exploradas as perspectivas futuras para a educação inclusiva e o currículo. Essas perspectivas envolvem a implementação de abordagens pedagógicas inovadoras, o uso de tecnologias educacionais, a valorização das habilidades socioemocionais e o fortalecimento de práticas colaborativas entre professores. A criação de ambientes de aprendizagem inclusivos e o desenvolvimento de comunidades educativas que valorizem a diversidade são essenciais para o sucesso da educação inclusiva. O objetivo principal é analisar as tendências, desafios e perspectivas relacionados ao currículo e educação inclusiva. Ao compreender esses aspectos, educadores, gestores e demais atores envolvidos na educação podem tomar decisões informadas e implementar estratégias eficazes para garantir uma educação inclusiva e de qualidade para todos os estudantes. A criação de ambientes educacionais que valorizem a diversidade, promova a igualdade de oportunidades e estimulem o pleno desenvolvimento dos estudantes é fundamental para uma sociedade mais justa e equitativa.

**PALAVRAS-CHAVE:** Currículo Escolar, Educação Inclusiva, Desafios, Perspectivas.

### INTRODUÇÃO

A educação inclusiva tem se consolidado como um princípio fundamental para garantir o acesso, a participação e o sucesso de todos os estudantes, independentemente de suas diferenças e necessidades. Nesse contexto, o currículo desempenha um papel crucial na promoção de uma educação equitativa e de qualidade para todos. Compreender as tendências, desafios e perspectivas relacionados ao currículo e educação inclusiva torna-se essencial para aprimorar as práticas educacionais e alcançar uma sociedade mais inclusiva. Nos últimos anos, temos presenciado diversas tendências no campo do currículo e da educação inclusiva. Uma

---

<sup>1</sup> Graduado em Pedagogia (UVA), Mestre e Doutorado em Ciências da Educação (UDS). Posdoctorado en Psicología con Orientación en Metodología de la Investigación de Revisión - Universidad de Flores (UFLO, Argentina). Professor Bolsista CAPES-IFRR. Professor efetivo lotado na secretaria de educação - São Bento PB, robertodinizaemd@hotmail.com.

<sup>2</sup> Pós Doutora em Educação pelo IUNIR-AR; Reitora da Educaler University – USA; Coordenadora Pedagógica da Rede Municipal de Ensino em Feira de Santana – BA, deboraleal2502@gmail.com;

<sup>3</sup> Mestrado em Ciências da Educação ( UWE ), Professor efetivo lotado na secretaria de educação - São Bento PB, vilmagomess@hotmail.com.

<sup>4</sup> Mestra em Ensino (UERN). Doutoranda em Educação ( UFPE). Professora na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), taholiveira.thais@gmail.com.

delas é a necessidade de uma abordagem centrada no aluno, que reconheça a diversidade como um valor e promova uma educação personalizada. Isso implica em considerar as diferentes habilidades, interesses e ritmos de aprendizagem dos estudantes, proporcionando-lhes experiências educativas relevantes e significativas.

Além disso, a valorização das habilidades socioemocionais tem se destacado como uma tendência importante no currículo inclusivo. Reconhecer e promover o desenvolvimento das competências emocionais, sociais e éticas dos estudantes é essencial para formar cidadãos responsáveis e preparados para uma sociedade complexa e em constante transformação.

Entretanto, a implementação de um currículo inclusivo também enfrenta desafios significativos. Um dos principais desafios reside na formação e capacitação dos professores para atender às necessidades educacionais diversificadas dos estudantes. A adaptação curricular, a avaliação inclusiva e a disponibilidade de recursos e materiais didáticos adequados também se apresentam como desafios a serem superados.

Além disso, é necessário promover uma mudança cultural nas escolas e na sociedade como um todo, superando preconceitos, estigmas e barreiras que ainda persistem no âmbito educacional. A criação de ambientes inclusivos, nos quais todos os estudantes se sintam acolhidos e valorizados, é fundamental para o sucesso da educação inclusiva.

Diante dessas tendências e desafios, é importante considerar as perspectivas futuras para o currículo e educação inclusiva. O uso de tecnologias educacionais, a implementação de abordagens pedagógicas inovadoras e a valorização da participação ativa dos estudantes são algumas das perspectivas que se apresentam como promissoras para uma educação mais inclusiva e alinhada com as demandas do século XXI.

O objetivo deste artigo bibliográfico é analisar as tendências, desafios e perspectivas relacionados ao currículo e educação inclusiva. Para tanto, serão revisadas e discutidas pesquisas, estudos e abordagens teóricas relevantes que contribuam para a compreensão desse tema. Espera-se que essa análise crítica possa fornecer subsídios para a reflexão e aprimoramento das práticas educacionais, incentivando a promoção de uma educação mais inclusiva, equitativa e transformadora.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A escola é o lugar onde acontece a educação sistematizada, e onde o indivíduo participa ativamente das atividades que encena esse ambiente, objetivando sua inserção nos elementos culturais necessários à vivência na sociedade que se encontra.

Conhecendo a educação inclusiva para a eliminação das barreiras que se contrapõem à aprendizagem e à participação de muitas crianças, jovens, adultos, com a finalidade de que as diferenças culturais, socioeconômicas, individuais e de gênero não se transformem em desigualdades educativas. Definitivamente, a educação inclusiva centraliza a sua preocupação no contexto educativo e em como melhorar as condições de ensino e aprendizagem, para que todos os alunos participem e se beneficiem de uma educação de qualidade (ALVES, 2005, p. 23).

Dessa forma, as instituições de ensino revestem-se de uma dupla responsabilidade social: é por um lado uma mediação indispensável para a cidadania, ao fornecer de modo sistêmico e organizado a educação que atualiza as novas gerações; por outro, por que não pode dar conta de todo saber produzido historicamente e precisa fazer isso de modo seletivo, produzindo aquilo que é mais relevante para a formação dos cidadãos, oferecendo pelo menos um mínimo de cultura necessário para sua integração na sociedade. Mesmo na mais simples tarefa realizada na escola, está presente a perceptiva de integrar os sujeitos na sociedade industrial.

Sobre isso, Saviani (2005, p. 13) afirma que, [...] o trabalho educativo, é o ato de produzir direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Assim, o objeto da educação diz respeito de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisa ser assumido pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humano e de outro lado, concomitantemente, a descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo.

Ainda a respeito, Saviani (2005), menciona que o percurso escolar do homem em seu processo de apreensão do conhecimento é desempenhado pelo currículo escolar, que abarca, na função a ser desempenhado pela escola, o cumprimento de uma função que lhe é específica.

Para Soares, Taffarel e Varjal et al (1993), a palavra currículo, é originária do latim (*curriculum*), compreendendo no caminho pelo qual o homem realiza o seu processo de assimilação do conhecimento científico mediado pela escola. Assim, para existir, a escola tem que dar conta de viabilizar as condições de transmissão destes conhecimentos, de modo que o aluno gradativamente passe a dominá-lo (SAVIANI, 2005).

O sujeito em sua singularidade desenvolve determinada à lógica, e, portanto, a escola [...] apropriando-se do conhecimento científico, confrontando-o com o saber que o aluno traz do seu cotidiano e de outras referências do pensamento humano: a ideologia, as atividades dos alunos, as relações sociais, entre outras [...] pode-se que o objeto do currículo é a reflexão do aluno. A escola não desenvolve o conhecimento científico. Ela se apropria dele, dando-lhes um

tratamento metodológico de modo a facilitar a sua apreensão pelo aluno (SOARES; TAFFAREL; VARJAL et al, 1993, p.27).

É evidente que a função social que exerce o currículo escolar, consiste em, desenvolver a reflexão do aluno, principalmente o portador de necessidades especiais, sobre o conhecimento, de modo que este pense a sua realidade social, e reflita sobre ela, tornando-se um ser ativo e participante do seu processo histórico.

A organização curricular deve dar conta de produzir uma reflexão ampliada e comprometida, visando compreender e explicar a realidade social complexa e contraditória, levando o aluno a desenvolver uma nova ótica de leitura da realidade, uma lógica dialética, visando superar a “fragmentação, a unilateralidade, a linearidade e o sinapismo, princípios da lógica formal” (SOARES; TAFFAREL; VARJAL et al, 1993, p.34), que propõe na organização curricular, uma separação entre o conhecimento e o sujeito.

## **O contato educacional**

O papel que exerce a família nesse contexto da precisa ser amplamente discutido, com o objetivo de reforçar a participação dos familiares de forma efetiva na vida escolar dos seus membros, assegurando-lhes uma qualidade no aprendizado. Esse fato é observado em qualquer grupo familiar independente de possuir em seu seio um ente com necessidades educacionais especiais ou não.

Diversos são os autores que tratam dessa temática, ampliando de modo significativo esse importante assunto, no qual verificamos que em algumas famílias o hábito de observar o desempenho de seus filhos, através da conferência das atividades é bem pequeno, visto que não há uma preocupação efetiva com a aprendizagem.

Ajudar nas atividades escolares é muito importante, pois proporciona um vínculo promissor com o educando, criando um sentimento de confiança. A criação de um ambiente doméstico acolhedor, onde o desenvolvimento da pessoa com deficiência seja pautado em suas habilidades e competências e não nas suas limitações pode contribuir significativamente na sua autoconfiança. Portanto, proporcionar um convívio que favoreça a autoestima da pessoa deficiente, permitirá a chegada à escola onde a socialização com amigos e professores aconteçam naturalmente, propiciando um desenvolvimento seguro diante do processo de aprendizagem.

Nesse contexto, Dorziat (2009, p. 4) afirma que “as expectativas dos familiares podem tanto contribuir para o desenvolvimento escolar dos alunos como para a estagnação desse processo”.

Ao ocorrer o ingresso de uma criança na escola, é importante que os pais, independentemente de possuírem ou não um filho com deficiência, de frequentar sempre que possível esse ambiente educacional, buscando constatar o progresso de seu filho, possibilitando vencer as dificuldades sentidas nas matérias. Mas não é simplesmente solicitarem estas informações da escola. Os pais também precisam mudar de postura diante da educação dos seus filhos frequentando mais o ambiente escolar. Uma escola inclusiva, onde todos tenham direito a educação, para alcançar os objetivos a que se propõe precisa que a família e toda a comunidade se insiram nela. E esse ingresso familiar para a realização de uma escola verdadeiramente inclusiva deve ser de todas as famílias e não somente realizado pelas famílias que possuem crianças com deficiência, pois Dorziat (2009, p. 2) chama a atenção para um fato triste, mas verdadeiro:

Embora entendamos que o direito à educação deve ser uma meta a ser perseguida, concordamos com Souza e Góes (1999) que a análise da inclusão deve ser cautelosa, porque, embora a ideia de escola para todos pareça ser concretizada com a abertura de suas portas para receber os excluídos, atendendo supostamente aos ideais progressistas, ela (escola) mantém as mesmas e precárias condições oferecidas aos que já estavam aparentemente incluídos.

A grande maioria só comparece no dia marcado pela escola para uma reunião do resultado bimestral dos educandos. Comumente nesse dia da entrega de boletins os pais parecem que “acreditando que os educadores possuem uma fórmula Mágica” querem deles informações sobre o que levou seus filhos a tão péssimo desempenho. Pergunta já caduca e “solução” idem!

A participação dos pais por meio da formação de um conselho de pais e mestres também é algo que pode ser pensado, através dele, pais e educadores podem juntos pensar em melhorias educacionais e unirem forças para solicitar mudanças na escola que dependam também de outras autoridades – governo local, estadual e federal. A lei que garante uma educação para todos está no papel e precisa ser totalmente cumprida e a união família/escola tem muita importância na efetivação desse acontecimento.

Percebemos assim que a escola não se resume a currículos com conteúdos tradicionais, a escola vai mais além, ela não só é formadora de mentes, mas do sujeito social em si, pois o prepara para viver em sociedade, ou, ao menos é o que deveria cumprir.

A tarefa é criar espaços educacionais onde a diferença esteja presente, onde se possa aprender com o outro, sem que aspectos fundamentais do desenvolvimento de quaisquer dos sujeitos sejam prejudicados. A escola, para além dos conteúdos acadêmicos, tem espaço para atividades esportivas, de lazer, de artes e de criação, nas quais poderiam conviver crianças com diferentes necessidades, desde que as atividades fossem preparadas e pensadas para isso (LACERDA, 2006, p. 181).

Toda essa falta de entrosamento entre a família e escola no que diz o tocante da educação inclusiva, pode ser ainda revertida já que todas as famílias demonstraram interesse pelo aprendizado de seus filhos através da análise do material destes ao chegar em casa ou pelo diálogo com os profissionais da educação. Tal situação poderá ser mudada quando pais e mestres se unirem desde o início do ano letivo para dialogarem sobre o que é a educação inclusiva e que inúmeras atitudes podem tomar juntos, como por exemplo, a construção de um currículo escolar que leve em conta as características locais da comunidade, seus anseios e cultura.

Mantoan (2007, p. 47) nos fala ao observar: “sem que a escola conheça os seus alunos e os que estão à margem dela, não será possível elaborar um currículo escolar que reflita o meio social e cultural em que ela se insere”.

Nessa perspectiva, é preciso que o tema inclusão seja realmente incorporado e aceito, dentro da sociedade, percebe-se pela exposição das famílias nos diálogos supracitados que existe uma abertura para que a escola se aproxime destas no tocante a essa parceria inclusiva.

Segundo Glat (1996, p. 113) comenta a respeito da função da família na inclusão social do filho com deficiência, dizendo que “a família – grupo social primário – é o fator determinante para a detonação e manutenção – ou, ao contrário, para o impedimento – do processo de integração”. Logo, impulso familiar é primordial para que qualquer criança com deficiência ou não se torne um ser humano completo e feliz, existindo dessa forma, a necessidade da realização de um trabalho enfático dentro da família, pois somente um bom alicerce poderá produzir mudanças nas estruturas comportamentais diante da deficiência, permitindo-se olhar com maior intensidade a capacidade sobre as deficiências. A educação se efetua dentro do círculo família, escola e sociedade.

### **Algumas posturas positivas e educação inclusiva**

A educação inclusiva compõe um paradigma educacional que, do ponto de vista de direitos humanos, concebe a igualdade e diferença como valores que devem caminhar juntos e

avançar em direção à ideia de igualdade formal do ponto de vista legal. A educação inclusiva precisa considerar as dificuldades existentes nas escolas para confrontar as práticas discriminatórias e encontrar alternativas para superá-las, atualmente ela tem um papel central nos debates que envolvem esta problemática da sociedade.

Neste sentido, os Ministérios da Educação/Secretaria de Educação Especial vêm apresentando uma Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, no entanto esta deve acompanhar os avanços do conhecimento e das lutas sociais, para assim instituir políticas públicas que realmente promovam uma educação igualitária para todos os alunos (BRASIL, 2008).

É importante ressaltar que o conceito de inclusão é diferente do de integração, a inclusão ocorre quando a instituição de ensino se preocupa com o ambiente, desta forma, é a escola que precisa adequar às pessoas com deficiência, desde os aspectos físicos até as práticas pedagógicas utilizadas pelos professores, já no movimento de integração não há mudanças no meio para a recepção desses sujeitos, eles é que têm que se adequar ao ambiente, sem se levar em consideração o grau e o tipo de deficiência (GONZAGA, 2007).

Compreendemos que todo ser humano nasce desprovido de maturidade, por esse motivo para que ele sobreviva é necessário que alguém cuide, normalmente esse cuidado é por parte dos pais e é justamente nessa fase que a criança começa a desenvolver a afetividade. Esta fase da vida de todo ser humano é de extrema importância para a vida adulta, uma vez que vai ter reflexo em várias áreas e uma delas é aprendizagem. De acordo com Maldonado (1994, p. 39) se o ser humano não for visto de forma positiva poderá desenvolver o medo e a desconfiança e estes fatores dificultam o relacionamento interpessoal que influencia diretamente na aprendizagem.

Dessa forma, o modo como as pessoas são tratadas, se for de forma negativa, sobretudo, pessoas deficientes, pois isso pode ocasionar atitudes ríspidas, grosseiras e agressivas com frequência, levando em consideração que esses sujeitos sentem a necessidade de se proteger e essa é a forma que encontram, muitos desenvolvem o sentimento de inadequação (“já que sou mesmo incompetente para tantas coisas, por aí eu me destaco”) e contra a dor do desamor (“ninguém gosta de mim mesmo, quero mais é explodir o mundo”) (MALDONADO, 1994, p.39).

Em consequência disso, o professor precisa estar atento a comportamentos estranho de seus alunos e nunca fazer julgamento precipitado, no sentido de que este aluno é “ruim” ou não aprende por ter uma deficiência, pois estes comportamentos podem ser consequências da falta de afeto. Deste modo, se o professor não tiver conhecimento e sensibilidade para perceber esse

problema, pode complicar ainda mais a situação, acreditando que este aluno “não tem jeito” é preciso que o professor tenha disponibilidade para ajudar esse aluno com tais problemas, demonstrando afeto e estima por ele.

De acordo com Maldonado (1994, p.42),

o professor pode reconhecer quando um processo de construção do conhecimento está sendo efetivo, quando o mesmo se permite sentir o processo. Assim como sente quando está havendo aprendizagem, se o clima em sala de aula é desagradável ou rico e construtivo.

A esse respeito, Woolfolk (2000, p.46) corrobora afirmando que”

O fato do professor ser, muitas vezes, incapaz de conhecer a dinâmica do comportamento humano, faz com que tenha interpretações equivocadas quanto a seus alunos. Esses comportamentos internos (emoções, sentimentos, valores, pensamentos) e de movimento acabam sendo observados e confundidos como indisciplina. Essas situações provocam nos alunos as emoções de medo, de tristeza, de mágoa, de raiva e de insegurança.

Com base nas citações acima, podemos entender que professores são muito importantes no sentido de ajudar os alunos que enfrentam problemas emocionais ou interpessoais. Arroyo (2002, p.117), vem corroborar com a citação acima ao dizer que:

Quando recuperamos as formas de ensinar e de aprender, o como, os processos de formação não estamos abandonando as dimensões a formar, os saberes a aprender, a cultura e os significados a internalizar, os hábitos a incorporar...o que estamos propondo é que se equacione a pluralidade dessas dimensões como conteúdos de nossa humana docência. Quando se cria o hábito de dar a devida centralidade ao como aprender e ensinar, como propiciar o desenvolvimento pleno dos educandos em cada ciclo-tempo de vida, os conteúdos a trabalhar recuperam sua centralidade. Os docentes vão se colocando como questão coletiva que dimensões formar, que potencialidades desenvolver, que sujeitos sociais e culturais, cognitivos, éticos e estéticos, que linguagens dominar, que hábitos e competências, de que ferramentas culturais se apropriar.

Embora considerando que a educação não se dá estritamente nos limites da escola, é importante lembrar que ela é um espaço privilegiado de formação humana que oferece a possibilidade de uma vivência a qual pode e deve ser baseada no afeto. Se as relações tanto com os sujeitos quanto com o conhecimento forem estabelecidas de forma harmoniosas, a partir da positividade e de uma rede de negociações em que todos tenham oportunidades iguais, podemos pensar que este é um processo de aprendizagem baseado numa educação humanizada.

Quando há essa postura, há, conseqüentemente uma condição ética, a qual poderá ser uma das alternativas que devemos buscar se, realmente, almejamos a transformação da sociedade para que ela se torne inclusiva, sem discriminação e, portanto, para todos. Assim sendo, para que uma prática pedagógica seja afetiva é importante que o professor saiba o quê e o como fazer em sala de aula. Isso passa pela formação do professor. Ademais as situações de ensino devem ser agradáveis e motivar no aluno um desejo de repetir e renovar a aprendizagem.

Toda essa discussão pautada em posturas positivas ganha ainda mais significado quando se trata da educação inclusiva que vem sendo bastante discutida nos dias atuais e dentre esta se encontra a educação especial, foco principal deste trabalho.

Destacamos que a inclusão de alunos com deficiência em escolas regulares é um processo lento que envolve conhecimento acerca da inclusão e, sobretudo, disposição e sensibilidade por parte dos profissionais envolvidos, além disso, é muito importante que haja a participação da família ou dos responsáveis. Uma das grandes dificuldades em relação à educação inclusiva, notadamente quando se trata de educação especial é a falta de conhecimento dos profissionais, e na maioria das vezes isto ocorre por falta de uma formação acadêmica adequada. Observa-se isto na seguinte citação:

A estabilidade é algo que buscamos frequentemente, pois ela nos dá segurança. Quanto mais conhecemos determinado fato ou assunto, mais nos sentimos seguros diante dele. O novo gera insegurança e instabilidade, exigindo reorganização, mudança. É comum sermos resistentes ao que nos desestabiliza. Sem dúvida, as ideias inclusivas causam muita desestabilidade e resistência (MINETTO, 2008, p. 17).

A citação ilustra bem o que ocorre com a educação especial, pois é justamente este novo cenário que vem desnorteando a maioria dos profissionais que trabalham em escolas regulares, as quais vêm recebendo alunos com necessidades educativas especiais. Infelizmente muitos destes professores, além de se sentirem inseguros em relação ao novo não acreditam no potencial dos alunos com necessidades educativas especiais.

Concordamos com Mantoan (2003), no sentido de que quando o assunto é a inclusão, há ainda mais discriminações, pois passa a ideia de que as deficiências são fixas, que é perda de tempo ensinar a quem nada poderá aprender, em vista disso, só resta respeitar quem as possui. A autora supracitada ainda afirma que deve se mudar a visão de que a igualdade deve deixar de ser uma norma. Ou seja, para Mantoan (2003), não é o direito de ser igual que deve prevalecer, mas iguais direitos, apesar das diferenças.

Diante disso, é bom lembrar que numa inclusão de verdade todos serão beneficiados,

uma vez que na igualdade não há muita novidade, diferente da heterogeneidade, neste é possível se conviver com a diversidade e mostrar aos alunos considerados normais a importância de se conviver com as diferenças.

Esta questão é levantada com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de janeiro de 2008, quando se discutiu a questão da classificação de alunos e o valor da diversidade esclarecendo que: As definições do público alvo devem ser contextualizadas e não se esgotam na mera categorização e especificações atribuídas a um quadro de deficiência, transtornos, distúrbios e aptidões.

Ainda em relação a esta questão, os Parâmetros Curriculares Nacionais para a Educação Especial orientam que deve se dar ênfase as adaptações curriculares (flexibilidade) de pequeno porte. Entende-se adaptações de pequeno porte, entre outros, os agrupamentos de alunos em sala de aula, a organização didática a organização espaço-temporal os reforços de aprendizagem e o uso de recursos de apoio, enquanto que as adaptações de grande porte referem-se as modificações acentuadas na organização didática não aplicáveis à totalidade dos alunos aos sistemas de comunicação de alunos surdo-cegos, a introdução de recursos de acesso à aprendizagem e de processos avaliativos, a eliminação de critérios gerais de avaliação e à modificação dos critérios de ascensão (BRASIL, 2002).

Mesmo diante de tantas recomendações para a educação especial, percebe-se que a situação ainda é muito complicada, pois muitas escolas do ensino regular que têm alunos com necessidades educativas especiais ainda não conseguiram incluí-los de fato, no entanto é bom lembrar que estas preocupações com a educação especial não são recentes, elas surgiram a partir da Conferencia Mundial de Educação para Todos, quando aconteceram desdobramentos de princípios e diretrizes na Carta de Salamanca e na Carta de Madri promovendo a estruturação e funcionamento do nosso sistema de ensino, querendo assim promover a inclusão.

Essa Conferência pautou-se nas políticas sociais de inclusão, vinculadas à educação no contexto brasileiro a partir dos anos 1990, e em particular aos objetivos de reinserção e permanência escolar destas crianças e adolescentes que têm acesso ao serviço. Garantir uma educação de qualidade e inclusiva a todas as crianças, jovem e adulta é uma responsabilidade do Ministério da Educação, e está garantia não significa apenas colocá-los em sala de aula, sem nenhuma estrutura física e profissional.

É importante ressaltar que a Educação Inclusiva brasileira já começou na precariedade com poucos alunos especiais tendo acesso à educação escolar. Muitos estudos têm mostrado a presença tímida do Estado na oferta desses serviços (FERREIRA, 2002).

A educação inclusiva percorreu um longo caminho até chegar ao que conhecemos hoje,

ao se analisar um pouco desta trajetória, observa-se que na época da pré-história, nas cidades de cultura primitiva, os povos eram nômades, sobrevivendo da caça e da pesca. Estavam sujeitos às condições climáticas, aos animais selvagens, tudo isto dificultava a aceitação de pessoas com alguma deficiência que fugiam à rotina da tribo, pois, eram dessa forma incapazes de ir à busca da caça e da pesca e até mesmo de sobreviverem por si mesmo em consequência da dura realidade que viviam no seu cotidiano. Por isso as crianças nascidas com algumas deficiências eram abandonadas em ambientes silvestres e perigosos e lá morriam.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo bibliográfico, analisamos as tendências, desafios e perspectivas relacionados ao currículo e educação inclusiva. Ficou evidente que a promoção de uma educação equitativa e de qualidade para todos os estudantes é um desafio complexo, mas também uma necessidade premente.

As tendências identificadas apontam para a importância de uma abordagem centrada no aluno, que reconheça e valorize a diversidade como um aspecto enriquecedor da aprendizagem. A personalização do currículo, considerando os diferentes estilos de aprendizagem, interesses e necessidades dos estudantes, é um caminho promissor para promover uma educação mais inclusiva.

No entanto, a implementação de um currículo inclusivo enfrenta desafios significativos. A formação e capacitação dos professores são aspectos-chave nesse processo, pois é fundamental que eles estejam preparados para atender às necessidades educacionais diversificadas dos estudantes. A adaptação curricular, a avaliação inclusiva e a disponibilidade de recursos e materiais didáticos adequados também são desafios a serem superados.

É importante ressaltar que a promoção da educação inclusiva requer uma mudança cultural nas escolas e na sociedade como um todo. Superar preconceitos, estigmas e barreiras é fundamental para criar ambientes educacionais inclusivos, nos quais todos os estudantes se sintam acolhidos, valorizados e tenham igualdade de oportunidades.

Em suma, a análise das tendências, desafios e perspectivas relacionados ao currículo e educação inclusiva nos permite compreender a importância de adotar uma abordagem inclusiva e equitativa na educação. Para que essas transformações ocorram, é fundamental o envolvimento de todos os atores educacionais, incluindo gestores, professores, famílias.

## REFERÊNCIAS

ALVES, D. **Educação inclusiva**: documento subsidiário à prática de inclusão. Brasília:

MEC/SEE, 2005.

ARROYO, Miguel. Prefácio. **Ofício De Mestre: Imagens e Auto-Imagens**. Petrópolis, Editora Vozes, 2002.

DORZIAT, A. **A Família no Contexto da Inclusão Escolar**. GT: Educação Especial / n.15. [2009]. UFPB, CNPq: “Inclusão e Alteridade: um novo olhar sobre o currículo”. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT15-3171--Int.pdf>>. Acesso em: 24 jul. de 2022.

FERREIRA, J. R. **Políticas Educacionais e Educação Especial**. ANPED, 2002. Disponível em: Acesso em 30 mar. 2002.

GLAT, R. **Educação Especial**. 1996. Disponível em: <[http://www.marilia.unesp.br/abpee/homepageabpee04\\_06/artigos\\_em\\_pdf/revista1pdf/r4\\_art09.pdf](http://www.marilia.unesp.br/abpee/homepageabpee04_06/artigos_em_pdf/revista1pdf/r4_art09.pdf)>. Acesso em 10 ago. 2022.

GONZAGA, Andréa Karla de Souza. **O pedagogo como mediador na Relação família escola e a inclusão do portador de necessidades educativas especiais**. João Pessoa, 2007-71 p. Monografia. Centro de Educação. Universidade Federal da Paraíba.

LACERDA, C. B. F. de. **A Inclusão Escolar de Alunos Surdos: o que dizem alunos professores e intérpretes sobre esta experiência**. 163 Cad. Cedes, Campinas, vol. 26, n. 69, p. 163-184, maio/ago. 2006. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em: 23 de fev. 2022.

MALDONADO, Maria Tereza. **Aprendizagem e afetividade**. Revista de Educação AEC< v.23, n.91, P.37-44, 1994.

MANTOAN, M. T. E. **Atendimento Educacional Especializado: Aspectos legais e orientação pedagógica**. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

\_\_\_\_\_, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MINETTO, Maria de Fátima. **Currículo na educação inclusiva: entendendo esse desafio**. 2º Ed. Rev. Atual ampliada. Ibpx – Curitiba/2008.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico crítica: primeiras aproximações**. 9 ed., Campinas, Autores Associados, 2005.

SOARES, C. L.; TAFFAREL, C.N.Z.; VARJAL, E.; CASTELLANI FILHO, L.; ESCOBAR, M.O.; BRACHT, V. **Metodologia do ensino da educação física**. São Paulo, Cortez, 1993.

SOUZA, R. M.; GÓES, M. C. R. **O ensino para surdos na escola inclusiva: considerações sobre o excludente contexto da inclusão**. In SKLIAR, C. (Org.). *Atualidade da educação bilíngue para surdos*. 1. ed. Porto Alegre: Mediação, v. 1, 1999. p. 163-188.

WOOLFOLK, Anita E. **Psicologia da Educação**. 7. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2000.